

Os antecedentes

A economia solidária se constitui em práticas alternativas à economia capitalista que é vista não como única, mas como dominante ou hegemônica. Centrada na importância das práticas um viés importante é o resgate de experiências e de uma tradição de organização do trabalho e da produção em outros moldes que não sejam a propriedade privada dos meios de produção, a extração da mais valia e a alienação do trabalho. Paul Singer resgata as origens da economia solidárias nas experiências de sindicalistas e socialistas utópicos no século XIX como uma reação à desestruturação do trabalho e da vida dos trabalhadores na industrialização nascente. (Singer, 2003, p. 118)

Na Inglaterra da época foram formadas cooperativas organizando desempregados e sub-empregados. Estas cooperativas relacionavam-se entre si em uma rede de trocas que respondia ao ciclo de produção, comercialização e consumo. Robert Owen criou em 1832, em Londres, a Bolsa de Trabalho (Labour Exchange) onde se intercambiavam produtos de cooperativas a preços calculados conforme o número de horas de trabalho gastas em sua produção. Outras bolsas com o mesmo formato foram organizadas em Birmingham, Liverpool e Glasgow. Tendo obtido lucro no ano de 1833, a Bolsa entrou em colapso em 1834 juntamente com o enfraquecimento do movimento sindical por boicotes patronais.

Paul Singer identifica um outro antecedente da atual economia solidária na cooperativa de consumo de Rochdale, também na Inglaterra, criada em 1844 por operários. Em 1864 ela chegou a ter 4.747 membros e seu capital foi investido em cooperativas de produção de trigo e têxteis. Neste mesmo ano, no entanto, a maioria dos sócios decidiu abolir as regras de auto-gestão e os direitos dos trabalhadores de participarem do capital da cooperativa tornando-se aos poucos uma empresa capitalista convencional.

Estes dois exemplos trazem contraditoriamente a afirmação de experiências alternativas à organização da produção capitalista e as dificuldades reais de existirem como tal. Para Paul Singer, os trabalhadores cooperados foram sendo cooptados pela estruturação de um mercado de trabalho assalariado com uma série de direitos e pelo nascente Estado bem-estar social. Esta política visando o pleno emprego foi também produto da luta sindical e de sua vertente radicalizada na auto gestão e nas cooperativas de produção, crédito e consumo.

Assim contada esta história nos faz pensar que as primeiras experiências de economia solidária eram um assunto de homens operários. Junta-se a isto o mito de que a desestruturação do trabalho masculino e vida da família trabalhadora se deu pela contratação massiva de mulheres nas fábricas têxteis durante a revolução industrial. Aparentemente as cooperativas eram tão hostis às mulheres quanto o sindicalismo da época. E então onde estavam e o que faziam as mulheres neste período?

Para estabelecer um diálogo com o relato de Paul Singer estarei resgatando apenas as experiências de trabalhadoras inglesas e francesas neste mesmo período histórico a partir do registro de três autoras: Joan Scott, Louise Tilly e Isabelle Guérin.

Joan Scott afirma que as mulheres já trabalhavam muito antes da revolução industrial como criadas domésticas, empregadas na agricultura, costureiras, chapeleiras, fiandeiras, entre outras profissões. Na Inglaterra, a primeira nação industrial, em 1851 40% das mulheres trabalhadoras eram criadas, enquanto que apenas 22% eram operárias têxteis. Apesar de não se configurar como a

principal ocupação feminina o trabalho das mulheres na indústria têxtil teve grande atenção porque era visto como um problema. As mulheres estariam entrando no terreno dos homens.

A economia política produziu argumentos para justificar algumas tarefas e funções como femininas e outras masculinas o que foi habilmente utilizado pelos patrões no rebaixamento do salário das mulheres. As mulheres não se constituíam como uma força de trabalho totalmente livre. Seu salário era na maioria das vezes inferior a seu próprio sustento e no dos homens se incluía os gastos de manutenção da família. As mulheres que viviam sozinhas estavam condenadas à miséria. Os sindicalistas, em sua maioria, procuravam proteger os seus empregos e salários mantendo as mulheres afastadas das suas profissões e a longo prazo, afastadas do mercado de trabalho. Um dos mecanismos utilizados eram as legislações protetoras ao trabalho das mulheres que restringiam suas possibilidade de trabalho nas fábricas mas não tocavam nos serviços domésticos onde estava a maioria das trabalhadoras e também existia longas jornadas, assédio e violência sexual, e más condições de trabalho. Neste processo se configurou o que Joan Scott denomina a construção discursiva de uma divisão sexual do trabalho. (Scott, 1991)

Esta divisão sexual do trabalho se reproduziu nas cooperativas estando as mulheres fortemente representadas nas cooperativas de consumo. Aos poucos foi se organizando a família operária: marido-provedor, esposa - dona de casa. Mas os salários dos trabalhadores eram baixos e grande parte era utilizada na compra de alimentos. No final do século XIX cresceram as cooperativas de consumo de alimentos organizadas por mulheres, como a Women's Cooperative Guild criada em 1883 e que chegou a ter 67 mil membros em 1930. As mulheres conseguiam menores preços para os produtos da cesta básica e se organizavam em turnos de trabalho para administrar e fazer funcionar a cooperativa. "O apelo do movimento cooperativa era o de envolver permanentemente as mulheres (em oposição à sua participação temporária no mercado de trabalho), e também mobilizava as mulheres politicamente. O movimento cooperativista inglês apoiava o Partido Trabalhista. As mulheres participantes tornaram-se ativistas de questões como educação, saúde, e maternagem.". (Tilly e Scott, 1989, p. 207).

Para Isabelle Guérin as mulheres sempre estiveram presentes dos modos de organização cooperativa, apesar de usualmente ser esquecida sua contribuição ao movimento associativo francês do século XIX e da primeira metade do século XX. As práticas associativas das mulheres, fossem elas de inspiração cristã ou laica, geralmente tinham por objetivo "educar" o povo, mas sobretudo responder pragmaticamente às necessidades dos mais pobres: tuberculose, moradias insalubres, analfabetismo. Algumas destas iniciativas eram portadoras de um verdadeiro projeto coletivo de sociedade. As mulheres inventaram assim profissões do trabalho social, como o serviço social, os centros de assistência e a demanda de políticas públicas como a licença maternidade e a eliminação do trabalho infantil. (Guérin, 2003, p. 12)

O destino destas experiências não foi descrito pelas autoras, mas provavelmente não foi o mesmo daquelas resgatadas por Paul Singer. O mercado de trabalho formal e o Estado de bem estar que se articulam na política de pleno emprego nunca considerou as mulheres como sujeitas e, portanto, não havia para elas a possibilidade de serem cooptadas. Certamente o crescimento da oferta de emprego assalariado para as mulheres e sua

própria decisão de buscar um emprego diminuíram o peso do trabalho comunitário como sua única possibilidade de participação na sociedade. Mas o direito das mulheres ao emprego ainda não foi assegurado. No Brasil, em 2001, quase 37 milhões de mulheres não são consideradas parte da População Economicamente Ativa. E o trabalho comunitário vem sendo mais uma vez delegado às mulheres desde que as políticas de ajuste estrutural impuseram o corte de gastos públicos sociais. Tendência que se expande neste momento do capitalismo em que Estado e mercado se desobrigam completamente das atividades para eles não rentáveis como a educação e a saúde. Neste contexto, o risco é de que a divisão sexual do trabalho se configure em um discurso que afirma o pleno emprego para os homens e a economia solidária para as mulheres.

Elementos da agenda feminista no debate econômico

Mesmo considerando a contradição acima expressa na realidade de que a economia solidária seja um assunto só das mulheres é necessário seguir o debate para construirmos novas práticas econômicas. Para isto a economia solidária deve assumir a agenda feminista de romper com a separação entre produção e reprodução, com a divisão sexual do trabalho e ampliar a noção de trabalho. (Nobre, 2003, p. 209 a 211)

Helena Hirata e Philippe Zarifian propõe superar a separação e a hierarquia entre as atividades humanas que atendem às necessidades de subsistência humana, produzindo coisas efêmeras, destinadas a serem destruídas pelo consumo; e a obra do homo faber que produz bens duráveis destinados a tornar o mundo habitável, e engendrando a cultura. (Hirata e Zarifian, 2.000, p. 233). Esta é a chave para compreender a desvalorização do mundo da reprodução e das tarefas que o envolvem. Como diz Robert Kurz o capitalismo é uma ameaça para humanidade porque só considera como trabalho válido o que produz lucro a um nível de rentabilidade dado. As “necessidades não rentáveis” ou a “parte da vida inválida de viver do ponto de vista capitalista” são relegadas ao trabalho não remunerado das mulheres. (Kurz, 2003, p....) O trabalho invisível das mulheres é um recurso inesgotável do sistema, assim como a natureza quando considerada de um ponto de vista antropocêntrico. As economias estatais dos países soviéticos e do leste europeu, por sua vez, não romperam com este paradigma e este foi, sem dúvida, um de seus pontos frágeis. Como nos conta Margaret Randall citada por István Mészáros: “Na verdade nem as sociedades capitalistas que tão falsamente prometem igualdade nem as sociedades socialistas que prometeram igualdade e até mais, adotaram a bandeira do feminismo. Sabemos como o capitalismo coopta qualquer conceito libertador, transformando-o em slogan utilizado para nos vender o que não carecemos, onde as ilusões de liberdade substituem a realidade. Agora me pergunto se a incapacidade do socialismo de abrir espaço para a agenda feminista – para realmente adotar esta agenda à medida que emerge naturalmente em cada história e cada cultura – seria uma das razões pelas quais o socialismo não poderia sobreviver como sistema.” (Mészáros, 2002, p. 290)

A economia solidária estaria disposta a construir novas práticas que reorganizem não só a produção de bens, mas a própria “produção do viver”?

Elementos da economia solidária que nos ajudam a enfrentar as desigualdades de gênero Isabelle Guérin propõe três contribuições da economia solidária que dialogaremos com as contribuições do feminismo. São elas: a utilização de recursos variados, o foco nas necessidades humanas, e a constituição de

espaço onde as pessoas podem criar e exercitar direitos em uma justiça da proximidade. (Guérin, 2003, p 14 a 16) A economia solidaria reconhece que necessita não só de recursos que se compra no mercado, mas também de recursos não monetários. Ela reconhece, por exemplo, as relações de confiança em um grupo são fundamentais para que esse grupo funcione e dê certo. E como se constroem as relações de confiança? Quanto tempo deve ser despendido em reuniões, conversas? Quantos gestos de solidariedade real? São recursos dificilmente mensuráveis e nos remetem às práticas de reciprocidade no interior do grupo.

Tal como nossa sociedade se organiza hoje grande parte das relações de reciprocidade é mantida graças ao tempo e à dedicação das mulheres. Elas mantêm a coesão na família, as relações de vizinhança e nos locais de trabalho. Este é um recurso fundamental também para o funcionamento da economia capitalista que já estaria destruída se na vida real só houvesse a competição como matriz de relação entre as pessoas. Uma pesquisa do SEADE/DIEESE sobre a forma como as pessoas encontram emprego mostrou que 70% dos que conseguem emprego o fazem por meio de indicação de amigos e familiares. O capital não se dispõe a arcar com os custos de um sistema de informações ou os riscos de contratar alguém sem referências e repassa estes custos às relações de reciprocidade. Mas me refiro aqui à reciprocidade não só como um valor, mas como um recurso que se materializa em horas de trabalho e gasto de energia, em geral das mulheres.

Se a economia solidária desvela sua importância tanto quanto os demais recursos de produção contribui para que seja reconhecida no conjunto da sociedade e partilhada igualmente por homens e mulheres.

As práticas de economia solidária não têm como objetivo à acumulação de capital, mas a resposta às necessidades cotidianas. Coloca assim em debate o que são estas necessidades e valoriza as atividades de cuidado do outro. A economia dominante, e sua ideologia expressa na economia neoclássica, tem um pressuposto de que os homens são como fungos. Eles nascem prontos e desconsidera-se que em grande parte da nossa vida (na infância, na velhice e quando adoecemos) dependemos de alguém, geralmente uma mulher.

Valorizar o cuidado é pensá-lo de uma forma política, e não como uma virtude naturalizada feminina, nem que se resolve no âmbito da família. É necessária uma responsabilização coletiva e uma divisão igualitária das tarefas. Pensando a partir dos princípios da economia solidária de restringir a esfera do mercado apenas a troca de bens e serviços Isabelle Guérin propõe que a melhor forma de politizarmos a divisão do trabalho doméstico não é estabelecendo paralelos com o mercado, mas o pensando, assim como o cuidado com o outro, como uma fonte de crescimento pessoal, de sermos pessoas melhores. Para ela, como a economia solidária se propõe a ressignificar o trabalho pelo que ele nos proporciona de crescimento pessoal e não por sua medida mercantil (seu valor de troca) ela pode contribuir com o debate e práticas de divisão do trabalho doméstico.

Os grupos de economia solidaria funcionam como espaço de intermediação entre o Estado, o mercado e a família. Há um debate histórico no feminismo de que existe uma separação entre o público e privado, que aos homens é assignado o espaço público e às mulheres, o privado. Segundo Isabelle os grupos de mulheres de economia solidária quebram esta separação

estabelecendo uma nova intermediação entre Estado, mercado e família. Para começar ela se pergunta qual a capacidade que o mercado e o Estado têm de responder nossas necessidades cotidianas. O mercado capitalista não tem o atendimento das necessidades humanas como seu principal objetivo, mas como uma forma de produzir acumulação de capital, muitas vezes para isto criando necessidades e negando outras, mesmo as mais vitais. E o Estado? Temos como referência o Estado do Bem Estar Social, forma que mais se aproximou da resposta a demandas como o pleno emprego masculino, saúde, educação e previdência. Mas a experiência real do Estado de Bem Estar foi muito pequena no tempo e na geografia. Foi concentrada no pós guerra e nos países do chamado primeiro mundo que drenavam recursos dos países do sul por um comércio internacional de bases injustas e posteriormente por mecanismos financeiros.

Além disso, o Estado capitalista tende a uma justiça homogeneizadora, a partir de uma idéia de que o universal é a expansão dos interesses e experiências particulares de homens brancos, ocidentais e proprietários. Como nos conta Daniëlle Kergoat o que nos aparece como universal, são normas leis que foram construídas em uma determinada correlação de forças, de dominação dos homens brancos ocidentais (Kergoat, 2000, p.41). A questão é se os grupos de economia solidária ao criar novas práticas de gestão, uma nova cultura do trabalho e mesmo uma contra-cultura em termos de como se produz e como se consome, pode ser um canteiro de experimentações de relações não hierárquicas, de fortalecimento da autonomia e de constituição de direitos. Isabelle Guérin aposta que os grupos ao exercitarem formas de justiça mais próxima da realidade concreta das pessoas contribuem para a formulação do que é o interesse geral e o universal.

Como conclusão

Existem muitos grupos de mulheres que se iniciam como uma forma coletiva de resolver problemas emergenciais de alimentação e cuidado das crianças. São arranjos que as mulheres realizam frente a situações de extrema precariedade. O fato de não querermos que estas situações perdurem, ou de que as políticas públicas as considerem como um dado sem se propor a alterar o cotidiano destas mulheres, não deve nos impedir de ver que muitas vezes são gestadas assim práticas inovadoras. Cabe a nós escutar com atenção as falas das mulheres nelas envolvidas, articula-las e em um conjunto de experiências e no debate econômico mais amplo para ampliar seu significado. Porque para o feminismo e para a economia solidária o presente é matéria prima da ação política. No feminismo temos como horizonte a igualdade, a autonomia das mulheres e a superação das relações de poder dos homens sobre as mulheres. Atuamos para nos transformar e transformar as relações interpessoais hoje, ao mesmo tempo em que lutamos por mudanças estruturais na sociedade, na economia, na cultura. A economia solidária também se propõe a superar a economia capitalista e a sociedade que a alimenta e o faz a partir da constituição de novas práticas econômicas que interpelem as práticas sociais dominantes.

Referências bibliográficas

- Guérin, Isabelle: Femmes et économie solidaire. La Découverte. MAUSS. SED. Paris, 2003.
Guérin, Isabelle: Sociologia econômico e relações de gênero, mimeo 2003.
Hirata, Helena e Zarifian, Philippe: O conceito de trabalho in Hirata, Helena, Laborie, Françoise, Le Doaré, Hélène, Senotier, Daniele (coord.) Dictionnaire critique du féminisme. PUF, Paris, 2000.
Kergoat, Daniëlle: Divisão Sexual do Trabalho in Hirata, Helena, Laborie, Françoise, Le Doaré, Hélène, Senotier, Daniele (coord.) Dictionnaire critique du féminisme. PUF, Paris, 2000.
Kurz, Robert: Não rentáveis, Uni-vos, in Carta Capital, 22 de outubro de 2003.
Mészáros, István: Para além do capital. Editora da UNICAMP, Boitempo editorial. São Paulo, 2002.

Nobre, Miriam: Mulheres e economia solidária, in Cattani, Antônio (org.): A outra economia. Editora Veraz, Unitrabalho. Porto Alegre, São Paulo, 2003.

Singer, Paul: Economia solidária in Cattani, Antônio (org.): A outra economia. Editora Veraz, Unitrabalho. Porto Alegre, São Paulo, 2003.

Scott, Joan: A mulher trabalhadora, in Fraisse, Geneviève e Perrot, Michèle: História das mulheres. O século XIX. Edições Afrontamento. EBRADIL. Porto, São Paulo, 1991.

Tilly, Louise e Scott, Joan: Women, work and family. Routledge, Nova York e Londres, 1989.